

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Questão 41**

A evolução das estruturas estatais reflete as mudanças na relação entre o poder político, a burocracia e a sociedade. A respeito dos modelos de Estado autoritário e burocrático, Estado regulador e Estado do bem-estar social, julgue os itens a seguir.

- I O modelo autoritário e burocrático consolidou a estratégia de industrialização e fortaleceu a tecnoburocracia estatal, embora tenha coexistido com práticas patrimonialistas no uso político de empresas e recursos públicos.
- II O Estado do bem-estar social, no contexto brasileiro, embora formalizado com a expansão de direitos na redemocratização, enfrentou o desafio de superar o insulamento burocrático e a fragmentação institucional herdados de períodos anteriores.
- III O Estado regulador caracteriza-se pelo deslocamento do papel do Estado de produtor direto de bens e serviços para o de indutor e fiscalizador, utilizando agências dotadas de autonomia para gerir mercados concedidos à iniciativa privada.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 42

O orçamento participativo é um instrumento de gestão que permite aos cidadãos exercer influência ou decidir sobre o destino de parte dos recursos públicos. Acerca da dinâmica do orçamento participativo e de seus impactos na administração pública, assinale a opção correta.

- A** A implementação do orçamento participativo é obrigatória para todos os municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes.
- B** O orçamento participativo foca gastos de custeio e pagamento de pessoal, sendo vedada deliberação popular sobre investimentos em infraestrutura e obras.
- C** Por ser um processo de democracia direta, o orçamento participativo prescinde de critérios objetivos de priorização, devendo o gestor atender todas as demandas apresentadas nas assembleias, conforme a ordem linear de apresentação.
- D** O orçamento participativo elimina a necessidade de aprovação da lei orçamentária anual pelo Poder Legislativo, pois transfere a soberania orçamentária diretamente às assembleias populares.
- E** O sucesso do orçamento participativo depende de um desenho institucional que combine a participação direta dos cidadãos com a capacidade técnica e financeira do governo para executar as demandas aprovadas.

Questão 43

Os conselhos de gestão e as parcerias entre governo e sociedade representam mecanismos de democratização da gestão pública. No que concerne à natureza desses processos participativos e à governança pública contemporânea, assinale a opção correta.

- A** As parcerias com o terceiro setor são restritas à execução de atividades de apoio administrativo, sendo proibida a gestão compartilhada de serviços finalísticos de saúde e educação.
- B** Os conselhos de gestão possuem caráter estritamente consultivo em todas as esferas, sendo constitucionalmente vedada a atribuição de funções deliberativas sobre políticas setoriais.
- C** As parcerias entre governo e sociedade civil via contratualização de resultados visam transferir a responsabilidade final da política pública ao setor privado, eximindo o Estado do controle finalístico.
- D** Os conselhos gestores atuam como instâncias de controle social e formulação, permitindo que a sociedade civil participe do ciclo de políticas públicas, embora enfrentem desafio quanto à efetiva representatividade dos segmentos sociais.
- E** A participação social nos conselhos gestores elimina burocracias técnicas, uma vez que a legitimidade popular se sobrepõe aos critérios de viabilidade orçamentária e legal.

Questão 44

O conceito de *accountability* é multifacetado e central para a democracia contemporânea, envolvendo a obrigação de prestar contas, a responsabilidade e a possibilidade de sanção. No que se refere às dimensões da *accountability* e ao exercício do controle social na gestão pública, assinale a opção correta.

- A** A dimensão da responsividade na *accountability* é puramente formal e processual, limitando-se a administração pública ao envio de relatórios técnicos aos órgãos de controle externo, como os tribunais de contas.
- B** A *accountability* horizontal manifesta-se por meio do voto e da participação em audiências públicas, sendo o mecanismo pelo qual os cidadãos punem ou premiam os detentores de cargos eletivos.
- C** A *accountability* diagonal refere-se à fiscalização mútua entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, fundamentando-se no sistema de freios e contrapesos.
- D** A *accountability* social é considerada uma dimensão da *accountability* vertical na qual cidadãos, associações, ONGs e mídia exercem pressão e fiscalização sobre os agentes públicos, mesmo sem possuir poder de sanção direta.
- E** O controle social é uma forma de *accountability* horizontal, na qual a legitimidade dos conselhos gestores advém apenas da representatividade popular.

Questão 45

A implementação da gestão por resultados no setor público busca substituir o foco excessivo no controle de processos pela ênfase nos impactos gerados para a sociedade. Considerando as características e os desafios desse modelo na produção de serviços públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A implementação desse modelo exige um sistema de monitoramento e avaliação capaz de distinguir entre produtos ou entregas e impactos na realidade social, sob pena de se confundir volume de trabalho com valor público.
- Ⓑ A gestão por resultados pressupõe que o gestor público tenha autonomia para alocar recursos, dispensando-o da observância dos limites orçamentários, em prol da eficácia social.
- Ⓒ A contratualização de resultados é um instrumento destinado à punição de servidores de baixo desempenho e, portanto, independente do planejamento estratégico da organização.
- Ⓓ A gestão por resultados torna desnecessário o controle social, visto que o alcance das metas estabelecidas nos contratos de gestão é o único requisito de legitimidade da ação estatal.
- Ⓔ O modelo de gestão por resultados é incompatível com o uso de indicadores quantitativos, haja vista a subjetividade da produção de serviços públicos.

Questão 46

Uma instituição pública que implementou a gestão por competências adota a premissa de que a competência individual dos servidores se manifesta na agregação de valor à organização. Nessa instituição, há um servidor que é assíduo e possui elevado grau de formação e de domínio técnico das atividades, mas cujas ações não se traduzem em melhorias nos processos ou resultados da unidade.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da análise de desempenho do referido servidor no contexto da gestão por competências.

- Ⓐ O servidor atende aos requisitos da gestão por competências, segundo a qual competência é definida pela titulação acadêmica e pelo cumprimento da jornada de trabalho.
- Ⓑ O desempenho do servidor é satisfatório, pois o modelo da gestão por competências deve priorizar a potencialidade do indivíduo.
- Ⓒ A avaliação de desempenho do servidor deve focar o seu comportamento, uma vez que resultados dependem apenas de variáveis externas e de infraestrutura.
- Ⓓ O servidor não atende suficientemente ao conceito de competência, que pressupõe a entrega efetiva de resultados e a transformação do saber individual em valor organizacional.
- Ⓔ O servidor é plenamente competente, pois a competência reside no estoque de conhecimentos e habilidades técnicas acumulados.

Questão 47

Tendo em vista que, no contexto da administração pública contemporânea, a comunicação e a gestão de redes organizacionais são fundamentais para a articulação entre órgãos e a prestação de serviços ao cidadão, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na gestão de redes, a autoridade hierárquica tradicional é fortalecida, pois a comunicação ocorre de forma estanque para garantir a autonomia total de cada nó da rede.
- Ⓑ A comunicação formal é o fluxo válido para a tomada de decisão no setor público, devendo a comunicação informal ser eliminada, por comprometer a hierarquia.
- Ⓒ A gestão de redes pressupõe a colaboração entre diferentes atores e organizações, exigindo uma comunicação integrada que facilite o compartilhamento de recursos, conhecimentos e objetivos comuns.
- Ⓓ As redes organizacionais caracterizam-se por uma estrutura rígida e centralizada na qual o fluxo de informações ocorre de forma vertical e descendente.
- Ⓔ O ruído na comunicação é um fenômeno inerente aos canais digitais, não afetando as interações presenciais ou os processos de trabalho em rede.

Questão 48

A administração pública de determinado estado, visando estabilizar a economia local, estabeleceu um pacto formal com a única associação patronal e o sindicato dos servidores de certa categoria profissional. Em virtude desse pacto, essas entidades passaram a ter assento permanente em comitês deliberativos, com poder de veto sobre a carga tributária setorial; em contrapartida, firmaram o compromisso de garantir a paz social e não deflagrar greves.

Nessa situação hipotética, o modelo de cooperação institucionalizada adotado define-se como

- Ⓐ neocorporativismo, haja vista a captura de instituições públicas por interesses privados que operam fora da legalidade institucional.
- Ⓑ neocorporativismo, no qual o Estado estabelece parceria institucional com grupos de interesse, delegando-lhes funções públicas em um sistema de negociação tripartite.
- Ⓒ corporativismo estatal, no qual o Estado seleciona os grupos com maior representatividade para competir livremente no mercado de ideias.
- Ⓓ clientelismo, pois a cessão de poder de veto caracteriza uma troca de favores pontuais para a manutenção da elite política.
- Ⓔ corporativismo estatal, visto que a descentralização das decisões no Poder Executivo reforça a autonomia das entidades de classe.

Questão 49

Um governo estadual, diante de indicadores críticos de evasão escolar, desenhou um programa de monitoramento digital sem consultar os membros do corpo escolar. Na fase de execução do programa, os professores recusaram-se a alimentar o sistema, por considerá-lo burocrático, o que gerou um descompasso entre o planejamento central e a prática nas unidades de ensino.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta a respeito da falha na implementação do referido programa de monitoramento.

- Ⓐ A falha ocorreu na fase de formulação, que se confunde com a implementação quando o Estado delega a execução sem regulação estatal.
- Ⓑ A falha ocorreu na agenda sistêmica, pois, sem uma consulta prévia, o governo não deveria ter considerado a evasão escolar como um problema público prioritário.
- Ⓒ O problema reside na agenda de decisão, uma vez que a escolha do monitoramento digital ignorou a viabilidade técnica da implementação.
- Ⓓ O caso ilustra o modelo de implementação *bottom-up*, no qual o fracasso decorre do excesso de poder discricionário conferido aos professores na fase de execução.
- Ⓔ O cenário configura um *gap* de implementação resultante de um modelo *top-down* que ignorou a importância dos professores no desenho da política pública.

Questão 50

Em determinado município, a institucionalização de conselhos gestores não impediu que elites locais dominassem as decisões orçamentárias. Grupos vulneráveis foram excluídos devido à complexidade técnica dos debates e à falta de recursos para mobilização.

Segundo a teoria de governança e participação, a situação hipotética precedente ilustra o fenômeno denominado

- Ⓐ captura da participação, na qual grupos de poder instrumentalizam os espaços democráticos para validar interesses particulares.
- Ⓑ insulamento estatal, dado que a burocracia local se fechou a influências externas para proteger a racionalidade da decisão pública.
- Ⓒ pluralismo de elite, no qual a livre competição entre grupos de interesse garante que a melhor solução técnica prevaleça sobre a vontade popular.
- Ⓓ clientelismo burocrático, pois a exclusão dos grupos vulneráveis resultou da ocupação de cargos técnicos por indicados políticos.
- Ⓔ descentralização administrativa, na qual a transferência de competências visa à eficiência operacional, sem viés democrático.

Questão 51

Considerando o desenho institucional de políticas públicas, assinale a opção em que a configuração descrita representa, entre as apresentadas, o maior risco de degeneração da integridade e redução da qualidade dos resultados governamentais.

- Ⓐ implementação de redes de governança multinível com interdependência e controles cruzados
- Ⓑ predomínio de controles de *compliance* preventivos que reduzem a margem de manobra do gestor
- Ⓒ institucionalização de transparência ativa e auditorias sociais sobre o processo decisório
- Ⓓ alta discricionariedade do agente somada à ausência de mecanismos de *accountability* horizontal
- Ⓔ redução das assimetrias de informação entre o Estado e o agente por meio de sistemas de monitoramento

Questão 52

Um gestor estadual precisa planejar uma nova política pública de segurança alimentar, mas o estado enfrenta situação de crise fiscal. Ele deve decidir o tipo de planejamento a ser adotado para garantir a viabilidade administrativa e financeira da política.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ No planejamento governamental formulado conforme os esquemas de análise de políticas públicas orientados para resultados, a eficiência financeira deve sempre prevalecer sobre a eficácia social.
- Ⓑ O planejamento normativo é o mais indicado para contextos de incerteza, pois se baseia na premissa de que o planejador tenha controle total sobre as variáveis financeiras e sociais.
- Ⓒ O planejamento moderno exige a superação da visão puramente tecnocrática, integrando-se a análise de viabilidade política à capacidade financeira.
- Ⓓ A análise da viabilidade financeira deve ater-se ao custo de implementação inicial, desconsiderando-se os fluxos de caixa futuros e os custos de manutenção administrativa.
- Ⓔ A dimensão técnica do planejamento é autossuficiente, de modo que a eficiência econômica de um projeto garante, por si só, sua sustentabilidade administrativa a longo prazo.

Questão 53

Durante a fase de formulação de um projeto de mobilidade urbana, um grupo de trabalho identifica diversas alternativas para o mesmo problema.

Considerando a aplicação dos conceitos de desenho de políticas públicas e da avaliação *ex ante* na situação apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ A avaliação *ex ante* permite estimar os impactos e custos do projeto antes de sua implementação, funcionando como uma ferramenta de apoio à decisão para se selecionar a alternativa com maior probabilidade de sucesso.
- Ⓑ Na formulação, a participação de grupos de interesse deve ser evitada, pois o viés político desses atores compromete a racionalidade técnica e a avaliação prévia do projeto.
- Ⓒ A avaliação do projeto deve ocorrer somente após o término de sua execução, sendo tecnicamente inviável medir sua eficiência ainda na fase de formulação.
- Ⓓ A formulação é um processo técnico de redação de normas, que ocorre de forma isolada e independente da fase de identificação do problema ou da agenda.
- Ⓔ O desenho de um programa governamental deve ser imutável, para que se evite a previsão de mecanismos de ajuste durante a implementação, a fim de não se ferir a segurança jurídica.

Questão 54

Uma prefeitura pretende avaliar um programa de alfabetização de jovens e adultos, com o objetivo de comparar se o gasto por aluno alfabetizado (recurso financeiro *versus* resultado direto) é mais vantajoso que em municípios vizinhos, além de medir o retorno econômico do programa para os alunos a longo prazo.

Assinale a opção que apresenta as ferramentas tecnicamente recomendadas para se realizarem, respectivamente, a análise do custo por aluno e a análise do retorno econômico para os beneficiários do programa na situação hipotética precedente.

- Ⓐ análise de custo-utilidade e análise de impacto
- Ⓑ análise de custo-benefício e análise de custo-efetividade
- Ⓒ análise de impacto e avaliação de processo
- Ⓓ avaliação somativa e análise de custo-eficiência
- Ⓔ análise de custo-efetividade e análise de custo-benefício

Questão 55

Ao avaliar um programa de saúde da família, uma equipe de técnicos utiliza indicadores de cobertura vacinal, obtidos de sistemas oficiais, e entrevistas de profundidade com as famílias sobre a percepção delas quanto ao atendimento.

No que diz respeito ao uso de indicadores e métodos de coleta de informações para avaliação de programas governamentais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A validade de um indicador de política pública reside na sua capacidade de mensurar o fenômeno desejado, devendo o indicador ser sensível, confiável e de fácil interpretação.
- Ⓑ Indicadores qualitativos, como a percepção do usuário, devem ser descartados em avaliações de alto nível, por serem subjetivos e desprovidos de validade científica.
- Ⓒ A coleta de informações qualitativas serve apenas para ilustrar relatórios, sendo a análise quantitativa a única capaz de gerar interpretações úteis para a avaliação de programas governamentais.
- Ⓓ Um indicador de produto é suficiente para avaliar o impacto de uma política pública, logo sua adoção torna desnecessária a coleta de dados sobre mudanças na realidade social.
- Ⓔ A interpretação de dados quantitativos é um processo mecânico que dispensa a contextualização política e social do ambiente onde o programa foi implementado.

Questão 56

Assinale a opção em que são corretamente descritos a natureza e o objetivo precípua da etapa representada pela letra D no ciclo PDCA.

- Ⓐ realização de ações corretivas imediatas das discrepâncias significativas encontradas, mediante a reinício do ciclo de planejamento para o ajuste das premissas iniciais do projeto
- Ⓑ monitoramento contínuo dos resultados obtidos após a padronização do processo, mediante a comparação do desempenho real com as linhas de base planejadas com vistas à identificação de novos desvios
- Ⓒ identificação da causa raiz dos problemas enfrentados e estabelecimento dos objetivos e processos necessários para a entrega dos resultados esperados
- Ⓓ institucionalização das mudanças aprovadas, expandindo a solução testada para toda a organização para a garantia da padronização dos novos processos
- Ⓔ implementação do plano estabelecido, frequentemente realizada em pequena escala ou ambiente controlado, visando coletar dados para a verificação da eficácia da solução proposta

Questão 57

O princípio lógico fundamental que conecta as quatro perspectivas do BSC (*balanced scorecard*) para a narração da história da estratégia da organização é

- Ⓐ a estaticidade dos indicadores, para a manutenção das mesmas métricas, independentemente das mudanças no ambiente externo.
- Ⓑ a independência funcional, para a garantia de que cada departamento defina suas metas sem a interferência das demais áreas.
- Ⓒ a predominância financeira, de modo que os indicadores não contábeis sirvam apenas como apoio e não interfiram na estratégia.
- Ⓓ o foco operacional exclusivo, para priorizar a redução de custos de curto prazo em detrimento de investimentos futuros em aprendizado.
- Ⓔ a cadeia de relações de causa e efeito, para vincular os ativos intangíveis e processos internos aos resultados tangíveis e financeiros.

Questão 58

Considerando o contexto do gerenciamento de projetos e do planejamento estratégico organizacional, assinale a opção em que é indicada a ferramenta projetada especificamente para priorizar problemas de forma quantitativa, por meio da utilização dos critérios de impacto do dano, tempo disponível para reação e potencial de agravamento da situação.

- Ⓐ matriz GUT
- Ⓑ diagrama de Ishikawa
- Ⓒ *brainstorming*
- Ⓓ análise SWOT
- Ⓔ ferramenta 5W2H

Questão 59

Diferentemente das dimensões de esforço ou conformidade, o indicador de efetividade

- Ⓐ quantifica o volume de recursos financeiros e materiais mobilizados para o início do projeto, focando a disponibilidade orçamentária.
- Ⓑ avalia as consequências e os impactos reais da intervenção na sociedade, mensurando a transformação gerada na realidade do público-alvo.
- Ⓒ monitora a conformidade dos processos internos com as normas legais vigentes, garantindo que o rito administrativo seja seguido sem desvios.
- Ⓓ mensura a relação racional entre os insumos empregados (custo/tempo) e os produtos gerados, focando a produtividade e a otimização dos recursos.
- Ⓔ afere o grau de cumprimento das metas físicas estabelecidas, quantificando se os produtos ou serviços foram entregues conforme o planejado.

Questão 60

No âmbito da administração pública gerencial, a lógica de reestruturação do Estado pressupõe a não obrigatoriedade da execução direta, pela máquina estatal, de atividades de serviços sociais, competitivas e sem poder de império. O nome dado à estratégia de transferência dessas atividades para o setor público não estatal e o instrumento utilizado para o controle de seu desempenho são, respectivamente,

- Ⓐ desconcentração e termo de parceria.
- Ⓑ privatização e contrato de concessão.
- Ⓒ publicização e contrato de gestão.
- Ⓓ terceirização e convênio administrativo.
- Ⓔ estatização e regime jurídico único.

Questão 61

Assinale a opção em que é descrito o principal efeito político-institucional da transparência digital na relação entre Estado e sociedade, conforme os princípios de *accountability* e controle social.

- Ⓐ foco exclusivo na eficiência econômica, com priorização da redução de custos operacionais em detrimento da participação cidadã
- Ⓑ substituição progressiva da democracia representativa pela democracia direta digital, com a eliminação da intermediação dos partidos políticos
- Ⓒ isolamento burocrático (insulamento) para a proteção das decisões técnicas da administração contra a interferência da opinião pública
- Ⓓ centralização do controle de dados no Poder Executivo, com vistas a monitorar o comportamento dos cidadãos para garantia da ordem social
- Ⓔ redução da assimetria de informação, de forma a permitir que a sociedade civil exerça a *accountability* vertical e societal sobre os agentes públicos

Questão 62

Assinale a opção em que é corretamente definida a competência que integra a dimensão individual à dimensão organizacional, com foco na efetividade da atuação profissional.

- Ⓐ nível de inteligência lógico-matemática (QI) que permite ao colaborador resolver problemas complexos isoladamente, sem depender da equipe
- Ⓑ estrita conformidade com as atribuições prescritas na descrição formal do cargo, de forma a garantir que as tarefas sejam executadas conforme as normas
- Ⓒ somatório de títulos acadêmicos, certificações técnicas e anos de experiência registrados no currículo, que compõem o patrimônio intelectual do funcionário
- Ⓓ capacidade de uma pessoa mobilizar seus conhecimentos, habilidades e atitudes para gerar entregas que agreguem valor à organização e ao próprio indivíduo
- Ⓔ conjunto de traços de personalidade imutáveis que determinam o potencial futuro de um indivíduo para assumir cargos de chefia

Questão 63

Assinale a opção em que se define corretamente governança.

- Ⓐ conjunto de regras institucionais, como o sistema eleitoral e a forma de governo, que determinam legalmente como o poder é conquistado e exercido
- Ⓑ capacidade financeira, gerencial e técnica do Estado para implementar políticas públicas de forma eficiente e participativa, transformando decisões políticas em bens e serviços concretos
- Ⓒ estabilidade política do governo derivada da sua legitimidade junto à população e da construção de coalizões partidárias majoritárias no Poder Legislativo
- Ⓓ sistema de intermediação de interesses a partir do qual o Estado controla os sindicatos e associações civis, garantindo o apoio político em troca do monopólio da representação de classes
- Ⓔ troca de favores pessoais e uso da máquina pública para atender a interesses privados de apoiadores eleitorais, garantindo a fidelidade do voto

Questão 64

Assinale a opção em que é indicada a qualificação jurídica conferida a uma autarquia ou fundação pública já existente que, mediante a celebração de um contrato de gestão com o órgão supervisor, passa a desfrutar de maior autonomia gerencial, orçamentária e financeira.

- Ⓐ agência executiva
- Ⓑ organização social (OS)
- Ⓒ organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP)
- Ⓓ agência reguladora
- Ⓔ consórcio público

Questão 65

Assinale a opção em que é indicado o artefato de negócio que documenta a viabilidade econômica e a justificativa financeira de um projeto e que deve ser continuamente revisado para a garantia do alinhamento com a estratégia organizacional.

- Ⓐ plano de gerenciamento do projeto
- Ⓑ termo de abertura do projeto (*project charter*)
- Ⓒ caso de negócio (*business case*)
- Ⓓ plano de realização de benefícios
- Ⓔ estrutura analítica do projeto (EAP)

Questão 66

Com base no disposto na Lei de Acesso à Informação, assinale a opção correta a respeito do prazo de restrição e das condições de acesso às informações pessoais (relativas a intimidade, vida privada, honra e imagem).

- Ⓐ A restrição de acesso às informações pessoais é absoluta e não admite exceções, salvo se houver autorização expressa do titular ou previsão em decisão judicial transitada em julgado.
- Ⓑ A restrição de acesso a informações pessoais pelo prazo máximo de cem anos independe de classificação de sigilo, sendo inaplicável caso a informação seja necessária à defesa de direitos humanos.
- Ⓒ O consentimento do titular para acesso a suas informações pessoais é obrigatório em todas as hipóteses, inclusive para a realização de pesquisas científicas de interesse público ou médico, ainda que a identidade seja anonimizada.
- Ⓓ A restrição de acesso a essas informações terá prazo máximo de 50 anos, contados a partir da data de produção do documento.
- Ⓔ Para a restrição de acesso a essas informações, elas devem ser submetidas formalmente ao processo de classificação de sigilo e receber o grau “reservado” ou grau superior.

Questão 67

Assinale a opção correta na que se refere à classificação, aos prazos de sigilo e às competências previstas na Lei de Acesso à Informação.

- Ⓐ A classificação da informação como reservada é privativa das autoridades máximas de órgãos e entidades, vedada a delegação aos ocupantes de cargos de direção.
- Ⓑ O prazo máximo da informação secreta é contado a partir da data de sua classificação.
- Ⓒ As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos estão isentas das obrigações de transparência ativa e passiva previstas na referida lei.
- Ⓓ A legislação brasileira estabelece uma gradação para a restrição de acesso à informação pública, definindo os prazos máximos de sigilo para informações classificadas como ultrassecretas, secretas e reservadas.
- Ⓔ A competência para a classificação da informação como ultrassecreta é indelegável, sendo exclusiva do presidente e do vice-presidente da República.

Questão 68

À luz do disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a opção em que é apresentada base legal válida e específica para o tratamento de dados sensíveis sem a necessidade de consentimento, excluídas as hipóteses aplicáveis apenas a dados pessoais comuns.

- Ⓐ realização de estudos por órgão de pesquisa, sendo obrigatória, a manutenção da identificação dos titulares para fins de auditoria futura
- Ⓑ cumprimento de legítimo interesse do controlador ou de terceiros
- Ⓒ proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente
- Ⓓ execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados
- Ⓔ garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos

Questão 69

Com base nas disposições da Lei Complementar n.º 131/2009 (Lei da Transparência), assinale a opção correta no que diz respeito ao conteúdo mínimo obrigatório a ser disponibilizado pelos entes federados quanto à despesa pública.

- Ⓐ O conteúdo disponibilizado deve incluir a avaliação qualitativa da eficiência do gasto público realizada por auditoria externa independente, além dos dados quantitativos da execução financeira.
- Ⓑ Os entes federados devem disponibilizar, no mínimo, o número do processo licitatório, a identificação completa dos sócios da empresa vencedora e a nota fiscal digitalizada, independentemente do valor da contratação.
- Ⓒ A exigência de “tempo real” implica a transmissão ao vivo (*streaming*) das sessões de licitação e dos atos de assinatura de contratos, de forma a garantir a auditabilidade instantânea do processo pela sociedade civil.
- Ⓓ A lei exige a publicação pormenorizada apenas das despesas de capital (investimentos), sendo facultativa a divulgação detalhada das despesas correntes de caráter continuado, como folha de pagamento, dada a necessidade de preservação da segurança dos dados pessoais.
- Ⓔ É obrigatória a divulgação de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, incluindo-se o número do correspondente processo, o bem fornecido ou serviço prestado e a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento.

Questão 70

Ainda com base na Lei da Transparência, assinale a opção em que é corretamente indicada a sanção institucional aplicável ao ente que não disponibilizar as informações financeiras nos prazos e condições estipulados na lei.

- Ⓐ aplicação de multa diária pessoal ao gestor responsável pela transparência interna e ao ordenador de despesas, no valor de 30% dos seus vencimentos, a ser recolhida ao fundo de defesa de direitos difusos
- Ⓑ impedimento do recebimento de transferências voluntárias, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, aplicável a todos os entes da Federação
- Ⓒ suspensão do repasse das cotas do fundo de participação dos municípios (FPM) ou do fundo de participação dos estados (FPE) até que a situação de transparência seja normalizada
- Ⓓ decretação automática de intervenção federal no estado ou município inadimplente, com vistas ao restabelecimento da moralidade administrativa
- Ⓔ responsabilização pessoal do chefe do Poder Executivo por crime de responsabilidade, com seu afastamento cautelar imediato do cargo até a regularização da situação no portal da transparência

LEGISLAÇÃO E NORMAS AMBIENTAIS**Questão 71**

Assinale a opção em que é corretamente apresentado o princípio ambiental que resguarda os bens jurídicos contra ações humanas que sabidamente acarretam danos graves e irreversíveis.

- Ⓐ princípio da prevenção
- Ⓑ princípio da precaução
- Ⓒ princípio do poluidor-pagador
- Ⓓ princípio do usuário-pagador
- Ⓔ princípio da responsabilidade

Questão 72

De acordo com as previsões da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981), o poluidor que causar danos ao meio ambiente e a terceiros é obrigado a

- Ⓐ indenizar e reparar o dano.
- Ⓑ reparar o dano, apenas.
- Ⓒ indenizar ou reparar o dano, desde comprovada a culpa.
- Ⓓ indenizar ou reparar o dano, independentemente de culpa.
- Ⓔ indenizar o dano, em substituição a outras penalidades.

Questão 73

São autoridades competentes para lavratura do auto de infração ambiental e instauração de processo administrativo os

- Ⓐ funcionários de qualquer unidade federativa que exerçam função ambiental.
- Ⓑ agentes da administração pública federal lotados em órgãos ambientais.
- Ⓒ funcionários previamente designados para atividade fiscalizatória em órgãos integrantes do SISNAMA.
- Ⓓ agentes da administração pública cuja função seja de matéria ambiental.
- Ⓔ agentes com função técnica e lotação em órgãos do SISNAMA.

Questão 74

O manual de procedimento interno, cuja elaboração é de caráter obrigatório para entidades exploradoras de portos organizados e de instalações portuárias e para proprietários ou operadores de plataformas, tem por finalidade

- Ⓐ apurar a responsabilidade dos agentes em casos de poluição por óleo.
- Ⓑ tratar do gerenciamento de riscos da poluição por óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas.
- Ⓒ avaliar sistemas de gestão e controle ambiental em plataformas.
- Ⓓ estabelecer medidas contingentes para a poluição causada por substâncias nocivas.
- Ⓔ estabelecer mecanismos de ação conjunta para combater a poluição.

Questão 75

De acordo com as previsões da Lei n.º 9.985/2000, assinale a opção correta acerca da ampliação e da alteração das unidades de conservação (UC).

- Ⓐ O plano de manejo somente será exigível nas situações em que as modalidades de utilização da UC não tiverem sido previstas nos objetivos de sua criação.
- Ⓑ A mera ampliação dos limites de uma UC, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, poderá ser realizada mediante ato normativo de mesmo nível hierárquico do ato que tenha criado a unidade.
- Ⓒ A criação de uma UC exige apenas a realização prévia de estudos técnicos e, em casos específicos, a consulta pública.
- Ⓓ A conversão de UC de uso sustentável em UC de proteção integral depende da edição de decreto do Poder Executivo.
- Ⓔ A criação de uma UC tem como requisito fundamental a indicação de populações tradicionais beneficiárias.

Questão 76

De acordo com as disposições da Lei n.º 11.284/2006, considera-se concessão florestal a

- A** destinação de área de floresta à comercialização de créditos de carbono.
- B** cessão a título gratuito de área pública com cobertura vegetal para fins de manejo e preservação.
- C** delegação onerosa do direito de praticar atividades de manejo florestal sustentável em unidade de manejo, mediante licitação.
- D** permissão de acesso a terra pública com intuito de utilização dos recursos naturais.
- E** permissão para remoção de cobertura vegetal em área de manejo específica, com finalidade de exploração econômica.

Questão 77

Com base nas disposições da Lei n.º 11.445/2007, assinale a opção correta a respeito da prestação de serviços de saneamento básico.

- A** É vedado que o titular dos serviços públicos de saneamento básico delegue a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento.
- B** No âmbito do contrato cujo objeto seja a prestação de serviços públicos de saneamento, é facultada a elaboração de plano de saneamento básico.
- C** A pactuação de contrato de concessão que tenha por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento dispensa o processo licitatório.
- D** A celebração de contrato que tenha por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico com particular poderá ser realizada por convênio.
- E** Cabe ao titular dos serviços definir a entidade responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento.

Questão 78

Conforme as disposições da Lei n.º 12.187/2009, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) deve observar, em âmbito internacional, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Esse princípio preconiza que

- A** todos têm responsabilidade pelas emissões de seu país, assumindo diferentes encargos de acordo com a condição econômica.
- B** todos têm responsabilidade pelas emissões de seu país, mas não pelas emissões globais de gases de efeito estufa ou seus precursores.
- C** os ônus e encargos das medidas tomadas para o enfrentamento da mudança do clima devem ser atribuídos individualmente, de acordo com a quantidade de emissões, mas os efeitos devem ser compartilhados.
- D** os ônus e encargos decorrentes das medidas tomadas para o enfrentamento da mudança do clima devem ser distribuídos de modo equitativo e equilibrado, consideradas as responsabilidades pela origem das emissões de gases de efeito estufa ou seus precursores.
- E** os ônus e encargos decorrentes das medidas tomadas para o enfrentamento da mudança do clima devem ser distribuídos igualmente entre todos.

Questão 79

De acordo com a redação da Lei n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, entende-se por disposição final ambientalmente adequada

- A** a incineração dos resíduos nocivos à saúde pública.
- B** a reutilização, a reciclagem e a compostagem de rejeitos.
- C** a distribuição ordenada de rejeitos em aterros.
- D** o aproveitamento energético de resíduos.
- E** a recuperação de resíduos para reuso.

Questão 80

De acordo com a Lei Complementar n.º 140/2011, assinale a opção em que é corretamente apresentada uma ação administrativa comum à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

- A** aprovar o funcionamento de criadouros da fauna silvestre
- B** definir espaços territoriais a serem especialmente protegidos
- C** elaborar o zoneamento ambiental de âmbito regional
- D** exercer o controle ambiental sobre o transporte marítimo de produtos perigosos
- E** exercer o controle ambiental da pesca em todos os âmbitos

Questão 81

De acordo com o regramento estabelecido pela Lei n.º 12.651/2012, a reserva legal é uma área

- A** localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, e que tem a função de promover a conservação da biodiversidade.
- B** localizada no interior de imóvel rural e destinada à exploração comercial e às atividades agrossilvipastoris.
- C** pública destinada à proteção e ao abrigo da fauna silvestre e da flora nativa.
- D** pública com potencial de instalação de parque ecológico destinado ao lazer.
- E** protegida, coberta ou não por vegetação nativa, e que tem a função preservar a paisagem.

Questão 82

De acordo com o que dispõe a Lei estadual n.º 3.135/2007, o selo de certificação Amigo da Floresta e do Clima é conferido a

- A** pessoas físicas cuja atividade produtiva ou comercial contribua para a preservação da floresta amazônica e para o apoio a comunidades tradicionais.
- B** comunidades tradicionais cadastradas que exerçam atividade produtiva ou comercial na Amazônia Legal e que contribuam para o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas.
- C** comunidades tradicionais previamente cadastradas que exerçam atividade produtiva na Amazônia Legal e que contribuam para o Fundo Estadual do Clima.
- D** comunidades tradicionais previamente cadastradas que realizem atividade produtiva no estado do Amazonas e que contribuam para o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.
- E** pessoas jurídicas cuja atividade econômica contribua para a preservação da floresta amazônica e para o apoio a comunidades tradicionais.

Questão 83

O ente federativo pode delegar a execução de ações administrativas a ele atribuídas na Lei Complementar n.º 140/2011, desde que

- Ⓐ a delegação seja realizada mediante convênio e o ente destinatário disponha de órgão ambiental capacitado e conselho de meio ambiente.
- Ⓑ a delegação seja realizada mediante ato normativo e o ente destinatário disponha de órgão ambiental capacitado e conselho de meio ambiente.
- Ⓒ a delegação seja realizada mediante convênio e o ente destinatário seja um órgão público com atividade ambiental compatível e disponha de conselho de meio ambiente.
- Ⓓ a delegação seja realizada mediante ato normativo e o ente destinatário disponha de órgão ambiental capacitado.
- Ⓔ a delegação seja realizada mediante consórcio e o ente destinatário disponha de conselho de meio ambiente e quadro técnico capacitado.

Questão 84

De acordo com as previsões da Lei estadual n.º 3.167/2007, o Plano Estadual de Recursos Hídricos

- Ⓐ é instrumento para o planejamento de curto prazo, com metas definidas anualmente para o gerenciamento estadual dos recursos hídricos.
- Ⓑ pode considerar a variável ambiental, desde que seja incorporado o relatório de impacto ambiental.
- Ⓒ é elaborado pelo Comitê de Bacia e sujeito à aprovação da secretaria de estado competente.
- Ⓓ é um plano diretor de longo prazo que visa orientar o gerenciamento dos recursos hídricos.
- Ⓔ é elaborado pelo Conselho Estadual de Recursos hídricos e sujeito à aprovação do Comitê de Bacia.

Questão 85

De acordo com o que dispõe a Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos

- Ⓐ é individualizada e está associada apenas à necessidade de reparar os impactos à saúde humana.
- Ⓑ não se aplica aos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana.
- Ⓒ é coletiva no que concerne à produção, e individualizada no que concerne ao consumo.
- Ⓓ é o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.
- Ⓔ é coletiva, recaindo sobre todos os participantes do processo produtivo.

Questão 86

Assinale a opção correta acerca do poder normativo e da composição do CONAMA.

- Ⓐ O CONAMA possui poder normativo para editar normas e padrões ambientais visando à execução da legislação, respeitados os limites legais, e seu plenário é composto por representantes do governo federal, dos estados, dos municípios, do setor empresarial e da sociedade civil.
- Ⓑ O poder normativo do CONAMA decorre diretamente da Constituição Federal de 1988, e seu plenário é composto somente por representantes governamentais, sem participação social.
- Ⓒ O CONAMA é órgão consultivo, sem função normativa, e portanto, sem competência para editar normas e padrões ambientais; e seu plenário é composto somente por representantes da União e dos estados.
- Ⓓ O CONAMA possui competência legislativa plena para inovar na ordem jurídica ambiental, e seu plenário é composto exclusivamente por representantes do governo federal.
- Ⓔ O poder normativo do CONAMA permite a edição de normas ambientais sem necessidade de observar limites legais, sendo o plenário formado apenas por órgãos ambientais técnicos.

Questão 87

Acerca das competências dos órgãos que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), assinale a opção correta.

- Ⓐ Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos manter o cadastro de usuários de recursos hídricos.
- Ⓑ Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos.
- Ⓒ Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados.
- Ⓓ Compete à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos deliberar sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos que extrapolem o âmbito estadual.
- Ⓔ Compete às Agências de Água aprovar os planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas.

Questão 88

De acordo com a Lei de Saneamento Básico (Lei n.º 11.445/2007), assinale a opção correta.

- Ⓐ O Comitê Interministerial de Saneamento Básico tem competência para revisar os planos municipais de saneamento básico e estabelecer metas locais de universalização.
- Ⓑ O Plano Nacional de Saneamento Básico tem a finalidade de garantir a racionalidade da aplicação dos recursos federais no setor de saneamento básico, com vistas a assegurar a universalização dos serviços e a ampliação dos investimentos públicos e privados no setor.
- Ⓒ Compete ao Ministério das Cidades assegurar a implementação da política federal de saneamento básico e a fiscalização da prestação adequada dos serviços.
- Ⓓ Compete ao Comitê Interministerial de Saneamento Básico coordenar, integrar, articular e avaliar a gestão, em âmbito federal, do Plano Nacional de Saneamento Básico.
- Ⓔ Compete ao Plano Nacional de Saneamento Básico o estabelecimento dos critérios, dos métodos e da periodicidade para o preenchimento, pelas entidades reguladoras, das informações pertinentes ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico.

Questão 89

No que se refere à política pública brasileira de enfrentamento da mudança do clima, assinale a opção correta, com base na Lei n.º 12.187/2009.

- A** O compromisso nacional de redução de emissões passou a ter natureza voluntária após a introdução de mecanismos de mercado, deixando de orientar a formulação de políticas públicas setoriais.
- B** O objetivo central da política climática nacional circunscreve-se à mitigação das emissões antrópicas, sem abranger medidas de adaptação ou ações voltadas à redução da vulnerabilidade socioambiental.
- C** A atuação estatal em matéria climática orienta-se pelo princípio da precaução, ficando o Estado impedido de adotar instrumentos econômicos diante de incertezas científicas relativas aos impactos das emissões.
- D** Os instrumentos da política climática incluem planos setoriais, mecanismos financeiros e incentivos econômicos, cuja aplicação permanece compatível com a incorporação posterior de sistemas regulados de precificação de emissões.
- E** A coordenação federativa da política climática nacional foi substituída por modelo centralizado de definição de metas, com redução do papel dos entes subnacionais.

Questão 90

No que concerne às atribuições administrativas, à competência normativa e à atuação integrada dos órgãos ambientais e setoriais na gestão de recursos hídricos e no controle ambiental do saneamento básico, assinale a opção correta.

- A** A regulação ambiental sobre lançamento de efluentes em corpos de água pode envolver órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e do sistema de gerenciamento de recursos hídricos, respeitada a repartição de competências federativas.
- B** A definição de padrões de qualidade das águas de domínio estadual é atribuição privativa do órgão gestor de recursos hídricos, sendo vedada a atuação normativa de órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
- C** A outorga de direito de uso de recursos hídricos dispensa o licenciamento ambiental quando se tratar de empreendimento de saneamento básico.
- D** Não se aplica o poder de polícia ambiental aos serviços de saneamento básico por serem estes considerados serviços públicos essenciais.
- E** A gestão de recursos hídricos possui natureza exclusivamente ambiental, o que afasta a atuação de órgãos setoriais específicos.

Questão 91

No que se refere às atribuições administrativas dos órgãos que integram o SISNAMA e dos sistemas estaduais de meio ambiente no exercício da proteção da diversidade biológica, assinale a opção correta.

- A** O exercício das atribuições administrativas de fiscalização e aplicação de sanções por infrações contra a diversidade biológica deve observar o critério do ente federativo competente, conforme a repartição administrativa estabelecida em lei complementar.
- B** A execução de atribuições administrativas relativas à biodiversidade pelos estados depende da edição prévia de normas federais específicas que definam os limites de sua atuação.
- C** A atuação administrativa de órgãos setoriais federais ou estaduais na área da biodiversidade exclui a competência dos órgãos ambientais para fiscalização e controle.
- D** A atuação administrativa dos órgãos ambientais estaduais na proteção da diversidade biológica limita-se às áreas especialmente protegidas instituídas pelo respectivo ente federativo.
- E** A fiscalização administrativa de infrações contra a diversidade biológica compete prioritariamente aos órgãos federais, cabendo aos estados atuação subsidiária.

Questão 92

Considerando a repartição de competências administrativas ambientais, assinale a opção correta a respeito da proteção florestal.

- A** Órgãos ambientais estaduais podem autorizar, fiscalizar e sancionar infrações relativas à proteção florestal e à biodiversidade, nos limites de sua competência territorial.
- B** A proteção da diversidade biológica limita-se às unidades de conservação federais.
- C** A competência administrativa ambiental em matéria florestal decorre exclusivamente da dominialidade da terra.
- D** A autorização para supressão de vegetação nativa é sempre de competência do órgão ambiental federal.
- E** Os estados e o Distrito Federal exercem apenas funções executivas, sendo vedada atuação normativa em matéria florestal.

Questão 93

No que diz respeito à gestão de florestas públicas destinadas à produção sustentável, assinale a opção correta.

- A** Os benefícios econômicos decorrentes de serviços ambientais vinculados à floresta pública pertencem exclusivamente ao poder concedente, sendo vedada disposição contratual em sentido diverso.
- B** Por não envolver supressão de recursos madeireiros, a exploração de serviços ambientais vinculados à conservação florestal prescinde de procedimento licitatório específico.
- C** A exploração econômica de serviços ambientais autoriza a flexibilização das exigências de manejo florestal sustentável aplicáveis à unidade de manejo.
- D** A atribuição contratual ao concessionário da titularidade de créditos de carbono acarreta a transferência parcial do domínio da floresta pública objeto da concessão.
- E** A concessão florestal pode abranger a exploração econômica de produtos e serviços florestais, inclusive de serviços ambientais associados à conservação, desde que tal possibilidade esteja prevista nos respectivos edital e contrato.

Questão 94

Acerca da atuação administrativa ambiental relacionada à biotecnologia, assinale a opção correta.

- Ⓐ A proteção da diversidade biológica não alcança recursos genéticos.
- Ⓑ Atividades que envolvam organismos geneticamente modificados prescindem de licenciamento ambiental.
- Ⓒ A biossegurança é matéria exclusivamente científica, sem incidência ambiental.
- Ⓓ O SISNAMA não atua em atividades biotecnológicas.
- Ⓔ A atuação técnica em biossegurança não exclui a competência ambiental para licenciamento e fiscalização.

Questão 95

Em relação aos objetivos, aos princípios e às diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), assinale a opção correta, à luz da doutrina de referência.

- Ⓐ A leitura sistemática dos objetivos e diretrizes do SNUC evidencia que a proteção da biodiversidade, a consideração dos serviços ecológicos e a participação social constituem elementos estruturalmente integrados, afastando uma compreensão meramente simbólica ou retórica dessas dimensões.
- Ⓑ Ao enfatizarem a participação social, as diretrizes do SNUC circunscrevem essa atuação à fase de criação das unidades de conservação, atribuindo à administração pública a condução exclusiva das etapas de implantação e gestão das referidas unidades.
- Ⓒ A concepção de serviços ecológicos associada às unidades de conservação afasta qualquer leitura que admita sua valoração econômica, em razão do caráter intrínseco da biodiversidade protegida.
- Ⓓ Os objetivos do SNUC revelam uma opção legislativa predominantemente conservacionista, na qual a proteção da biodiversidade se sobrepõe à consideração de aspectos sociais e econômicos, que figuram apenas como efeitos indiretos da política de conservação.
- Ⓔ A vinculação entre os objetivos do SNUC e a noção de serviços ecológicos possui natureza meramente explicativa, não sendo considerada elemento de densificação normativa das finalidades do sistema.

Questão 96

Ao analisar um pedido de uso de água em rio estadual no Amazonas, um analista do órgão ambiental competente observou, em relação à bacia em questão, que (i) existe plano de uso de recursos hídricos, mas ele não define metas quantitativas claras; (ii) não há cobrança pelo uso da água; e (iii) já há a concessão de outras outorgas, e novas concessões podem comprometer a disponibilidade futura desses recursos hídricos.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, com base no disposto na Lei n.º 9.433/1997.

- Ⓐ Ainda que constatada a existência de plano de uso de recursos hídricos, uma eventual outorga pode ser revista ou condicionada para evitar comprometimento dos usos múltiplos da água.
- Ⓑ A concessão de novas outorgas deve seguir apenas o que está previsto no plano de uso de recursos hídricos, não podendo ser considerados cenários futuros de escassez.
- Ⓒ Uma vez concedida, a outorga não pode ser alterada enquanto não houver cobrança pelo uso da água na bacia.
- Ⓓ Na ausência de metas quantitativas no plano de uso de recursos hídricos, o órgão ambiental fica impedido de indeferir novos pedidos de outorga.
- Ⓔ A inexistência de cobrança pelo uso da água impede que uma eventual outorga seja usada como instrumento de controle da disponibilidade hídrica.

Questão 97

Com base na Lei estadual n.º 4.266/2015, que institui a Política Estadual de Serviços Ambientais do Amazonas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os serviços ambientais reconhecidos por essa política concentram-se na manutenção da biodiversidade e dos recursos hídricos, sendo os aspectos climáticos e os aspectos relacionados ao carbono florestal tratados apenas de forma indireta.
- Ⓑ A referida política reconhece os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas e admite mecanismos de incentivo econômico voltados à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais.
- Ⓒ O regime jurídico do REDD+ no Amazonas restringe-se a projetos exclusivamente governamentais, sem contemplar a participação de comunidades locais.
- Ⓓ A mencionada política condiciona a implementação de programas de PSA à prévia edição de norma federal específica sobre repartição de benefícios.
- Ⓔ A lei estadual limita o pagamento por serviços ambientais apenas aos proprietários privados de imóveis rurais regularmente inscritos no cadastro ambiental estadual.

Questão 98

Assinale a opção correta em relação à Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do estado do Amazonas, de acordo com a Lei estadual n.º 3.135/2007.

- Ⓐ A implementação dessa política ocorre de forma centralizada no poder público estadual, não havendo previsão de participação de outros segmentos da sociedade na formulação ou execução das ações previstas.
- Ⓑ As diretrizes da política estadual concentram-se nas ações de mitigação das mudanças climáticas, sem contemplar estratégias relacionadas à conservação ambiental ou ao uso sustentável dos recursos naturais.
- Ⓒ Essa política foi instituída em função da edição da Política Nacional sobre Mudança do Clima, inexistindo diretrizes estaduais relativas a mudanças climáticas anteriores à norma federal.
- Ⓓ A referida política adota abordagem integrada que articula a abordagem das mudanças climáticas, da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, reconhecendo que o fenômeno climático envolve dimensões ambientais, sociais e econômicas.
- Ⓔ A legislação estrutura a atuação estadual predominantemente por meio de instrumentos de comando e controle, prevendo a utilização de mecanismos econômicos e financeiros apenas de forma subsidiária.

Questão 99

Com fundamento no que dispõe a Lei Complementar n.º 53/2007, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), assinale a opção correta.

- Ⓐ As diretrizes do SEUC privilegiam a proteção ambiental, não contemplando mecanismos de conciliação entre conservação ambiental e atividades econômicas sustentáveis.
- Ⓑ A proteção da biodiversidade constitui o eixo central do SEUC, não sendo incorporado ao conceito normativo de unidade de conservação o uso sustentável dos recursos naturais por populações tradicionais.
- Ⓒ A inserção das unidades de conservação estaduais no SISNAMA implica subordinação normativa plena à legislação federal quanto à sua criação e gestão.
- Ⓓ As unidades de conservação estaduais caracterizam-se como espaços territoriais definidos pelo poder público, submetidos a regime jurídico especial, destinados à conservação *in situ* e à promoção de formas sustentáveis de uso dos recursos naturais por comunidades tradicionais.
- Ⓔ A disciplina jurídica do SEUC restringe-se à definição de diretrizes institucionais, cabendo a outros diplomas normativos a regulamentação de condutas vedadas e de sanções aplicáveis nas unidades de conservação.

Questão 100

Assinale a opção correta acerca das competências da SEMA/AM e dos órgãos do SISNAMA, de acordo com a Lei estadual n.º 4.457/2017, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos do Amazonas.

- Ⓐ Compete à SEMA/AM a execução direta da coleta seletiva de lixo em caráter obrigatório caso o município não possua dotação orçamentária.
- Ⓑ São atribuições do órgão licenciador do SISNAMA e do órgão municipal o recebimento e a fiscalização das informações sobre a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.
- Ⓒ A SEMA/AM possui competência exclusiva para editar normas de regulamentação técnica, sem manifestação do conselho estadual.
- Ⓓ Para garantir a autonomia municipal, a lei veda o apoio do estado aos municípios para a implantação da coleta seletiva de lixo.
- Ⓔ A função da SEMA/AM restringe-se aos resíduos perigosos, sendo a logística reversa fiscalizada exclusivamente pela esfera federal.

Espaço livre